CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

ONG de Karina da Gama e fornecedores ligados ao contrato de wi-fi da Prefeitura de SP também são alvo de operação da PF

Ao menos cinco pessoas ligadas ao contrato da Prefeitura de SP com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) são alvo da operação da PF nesta quinta (10), que cumpre 49 mandados de busca e apreensão contra a empresária produtora do filme 'Dark Horse'.

Fonte original: g1. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	g1 (g1.globo.com)
Autor	Não identificado
Data de publicação	10/09/2026 08:20
URL original	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/09/10/ong-de-karina-da-gama-e-fornecedores-ligados-ao-contrato-de-wi-fi-da-prefeitura-de-sp-tambem-sao-alvo-de-operacao-da-pf.ghtml
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	André Feldman, Karina Gama, Ricardo Nunes, Mário Frias, Eduardo Ferreira Franco, Débora Gomes Feldman, Rodrigo Raveli, Flávio Dino, Jair Bolsonaro, William Silva Ferreira, Karina Ferreira Gama, Ricardo Sayeg
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Complexsys, Polícia Federal, Prefeitura de São Paulo, Fastfuture Tecnologias Emergentes, SPTuris, Tribunal de Contas do Município, Prefeitura de SP, Banco Master
Data da coleta	29/09/2026 09:57
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 10:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Os empresários Alex Bispo dos Santos, Karina da Gama e André Feldman, ligados ao Instituto Conhecer Brasil (ICB). — Foto: Reprodução/Redes Sociais

• - André Feldman e a esposa Débora Gomes Feldman - donos das empresas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda;

• Também por meio de nota, a Complexys - do empresário André Feldman, afirmou que "a operação da Polícia Federal vai comprovar, novamente, que os recursos recebidos pela empresa foram usados somente no contrato para manutenção da rede do Wi-Fi na cidade de São Paulo, sem qualquer vinculo com o financiamento para produção do filme, objeto de investigação".

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

(defesa/posicionamento)
• Além da Ultra IP e da Favela Conectada — atualmente denominada Urban Connect Serviços e Tecnologia Ltda —, outras duas empresas aparecem entre as terceirizadas contratadas pelo ICB: Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda.
• A Complexsys pertence ao empresário André Feldman.
• Já a Fastfuture está registrada em nome de sua esposa, Débora Feldman, que se apresenta nas redes sociais como terapeuta holística e não faz referência à atuação no setor de telecomunicações.
• No entanto, na ação movida pela Ultra IP, André Feldman é apontado como diretor de fato do Instituto Conhecer Brasil.
• Relato judicial da Ultra IP sobre a participação de André Feldman no Instituto Conhecer Brasil (ICB). — Foto: Reprodução/TJ-SP
• Apesar das alegações da Ultra IP, André Feldman não aparece como diretor em nenhum dos documentos públicos do Instituto Conhecer Brasil (ICB) entregue à gestão Nunes.
• Ainda assim, na ação judicial, a empresa sustenta que as companhias da família Feldman fariam parte do esquema descrito por sua defesa como um "balcão de negócios escusos" (veja print da ação acima). (defesa/posicionamento)
• O que diz André Feldman
• O empresário André Feldman, dono da Complexsys Soluções Integradas Ltda, que emitiu nota e cancelou em favor do instituto de Karina da Gama. — Foto: Reprodução/Redes Sociais (defesa/posicionamento)
• Procurado pelo g1, André Feldman afirmou que jamais integrou o quadro societário do Instituto Conhecer Brasil (ICB) nem de qualquer empresa vinculada à entidade, fato que, segundo sustenta, pode ser comprovado pelos registros públicos. (defesa/posicionamento)
• Feldman também diz que a Complexsys foi contratada exclusivamente para monitorar a rede do programa Wi-Fi Comunidade e garantir o funcionamento do serviço.
• A Complexsys foi uma das empresas alvo de busca e apreensão da Polícia Civil, no último mês de junho.
• Um dos ex-sócios da Complexsys é o gerente da SPTuris – Rodrigo Raveli Bolzan, que foi afastado do cargo pelo prefeito por suspeita de favorecimento às entidades de Karina da Gama dentro da estatal de turismo da cidade.
• De acordo com a Junta Comercial (Jucesp), Ravelli foi admitido na empresa em dezembro de 2021 com participação societária de 33% do negócio, que era dividida entre ele, André Feldman e um terceiro sócio: Eduardo Ferreira Franco.
• Nas prestações de conta entregue à Prefeitura de SP, há notas de pagamento do ICB para a Complexsys no ano de 2024, enquanto ele ainda era sócio da empresa que atualmente tem apenas um dono: o empresário André Feldman. (defesa/posicionamento)
• De acordo com a Jucesp, Eduardo Franco foi o primeiro dono da Complexsys Soluções Integradas LTDA, quando a empresa ainda se chamava Complexsys Apoio Aadministrativo LTDA, constituída em agosto de 2019.
• Acordo entre a CET e a diretoria da Complexsys Soluções Integradas LTDA — Foto: Reprodução/PMSP

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / g1

RESUMO

Os empresários Alex Bispo dos Santos, Karina da Gama e André Feldman, ligados ao Instituto Conhecer Brasil (ICB). — Foto: Reprodução/Redes Sociais A operação da Polícia Federal (PF) contra a produtora do filme "Dark Horse" – Karina Ferreira da Gama – também tem entre os alvos fornecedores do contrato de wi-fi com a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Já a defesa de Karina Ferreira da Gama informou que apresentou uma reclamação constitucional ao STF após a operação da Polícia Federal desta quinta-feira (10).

Os empresários Alex Bispo dos Santos, Karina da Gama e André Feldman, ligados ao Instituto Conhecer Brasil (ICB). — Foto: Reprodução/Redes Sociais

A operação da Polícia Federal (PF) contra a produtora do filme "Dark Horse" – Karina Ferreira da Gama – também tem entre os alvos fornecedores do contrato de wi-fi com a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

O Instituto Conhecer Brasil (ICB), que é dono do contrato de R$ 108 milhões anuais com a Prefeitura de SP para a instalação dos pontos de wi-fi na periferia da capital, é um dos alvos, além dos seus fornecedores terceirizados, que também estão sob investigação pela Polícia Federal na operação desta quinta-feira (10).

Os alvos da operação envolvidos também no contrato de wi-fi são os seguintes:

- Karina Ferreira da Gama - dona do Instituto Conhecer Brasil (ICB) e da Go Up Produções;

- André Feldman e a esposa Débora Gomes Feldman - donos das empresas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda;

- William Silva Ferreira – dono da empresa Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda., terceirizada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB);

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

- Alex Leandro Bispo dos Santos – empresário ligado ao PCC e ex-dono da empresa Favela Conectada, subcontratada por Karina da Gama, acusado de feminicídio;

- Wemerson Marinho da Gama, ex-marido da Karina da Gama e ex-dirigente do Instituto Conhecer Brasil (ICB).

Em conversa com a GloboNews, o prefeito Ricardo Nunes negou que houvesse irregularidades no contrato do ICB com a gestão municipal.

“Foi aberta apuração na Controladoria [Geral do Município] logo no início. Até o momento nenhuma irregularidade no contrato com a prefeitura”, disse Nunes.

Por meio de nota, a gestão municipal também disse que " repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro".

"A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada", disse (veja a íntegra abaixo).

Também por meio de nota, a Complexys - do empresário André Feldman, afirmou que "a operação da Polícia Federal vai comprovar, novamente, que os recursos recebidos pela empresa foram usados somente no contrato para manutenção da rede do Wi-Fi na cidade de São Paulo, sem qualquer vinculo com o financiamento para produção do filme, objeto de investigação".

"A perícia independente, já anexada nos inquéritos policiais, também comprova que não existe nenhuma relação entre o contrato da empresa com a produtora Go UP", disse.

Autorização do STF

A operação da PF nesta quinta (10) foi autorizada pelo ministro do STF Flávio Dino e investiga os crimes de peculato (crime praticado por um funcionário público que se apropria de valores ou bens públicos em razão do cargo), falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e fraudes e crimes licitatórios.

🎥 O filme "Dark Horse" (termo em inglês para azarão) contará a história do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A produção teria sido financiada por Daniel Vorcaro, ex-dono do extinto Banco Master. A produtora Go Up não é alvo da operação desta quinta-feira.

Ao menos 49 mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos pelos federais.

A empresária Karina Ferreira Gama, dona da Go Up Entertainment LTDA e do Instituto Conhecer Brasil, que recebeu dinheiro do deputado Mário Frias (PL). — Foto: Reprodução/Redes Sociais

O ex-marido de Karina da Gama, Wemerson Marinho da Gama, também é alvo da operação da PF nesta quinta (10). Marinho era secretário-geral do Instituto Conhecer Brasil na época da assinatura do contrato de wi-fi com a Prefeitura de SP.

Ele está em litígio com ex-mulher pela guarda da filha e é considerado fonte muito importante para entender a ligação dela com os esquemas envolvendo o deputado federal Mário Frias (PL) e as suspeitas de fraudes no contrato de R$ 108 milhões com a Prefeitura de SP.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Karina e Wemerson estão rompidos. Ela inclusive conseguiu uma medida protetiva contra ele na Justiça após a separação.

Wemerson Marinho afirmou que "cumpriu integralmente as determinações judiciais e a medida executada possui natureza cautelar e não representa denúncia, condenação ou reconhecimento de culpa"

"Por respeito à investigação em curso e às determinações judiciais vigentes, não comentarei fatos atribuídos a terceiros, documentos, movimentações financeiras ou elementos ainda submetidos à apuração. Minha defesa está adotando as providências jurídicas cabíveis e prestará todos os esclarecimentos necessários exclusivamente pelos meios processuais adequados. Permaneço à disposição das autoridades e confio que a apuração técnica e imparcial esclarecerá os fatos. Solicito que eventual publicação registre corretamente minha condição jurídica, observando que investigação e busca e apreensão não equivalem a culpa ou condenação", declarou por mensagem.

Já a defesa de Karina Ferreira da Gama informou que apresentou uma reclamação constitucional ao STF após a operação da Polícia Federal desta quinta-feira (10).

Segundo o advogado Ricardo Sayeg, a medida não questiona o mérito da investigação e busca garantir o cumprimento de decisões da Presidência do STF e a competência do juiz natural.

A defesa afirma ainda que Karina vinha colaborando espontaneamente com a investigação e entregou à PF, na última sexta-feira (4), mais de 20 mil páginas de documentos.

Em vídeo publicado nas redes sociais nesta quarta, Mário Frias classificou como “cortina de fumaça” a operação da Polícia Federal que realizou buscas em sua residência. O parlamentar negou irregularidades, afirmou que vai colaborar com as investigações e entregar todos os documentos necessários e disse acreditar que o caso será arquivado.

Ultra IP x Instituto Conhecer Brasil

A empresa Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda. e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), ONG presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama, travam uma disputa na Justiça marcada por acusações mútuas. A terceirizada cobra R$ 4,5 milhões e sustenta que houve irregularidades na execução do contrato de R$ 108 milhões firmado com a Prefeitura de São Paulo. Já o ICB afirma que a empresa descumpriu o acordo, interrompeu parte do serviço e tentou extorquir R$ 2,5 milhões.

A terceirizada afirma que foi a única responsável pela instalação de 3.200 pontos de wi-fi do programa municipal, embora parte desses serviços tenha sido atribuída, nas prestações de contas da ONG apresentadas ao município, à empresa Favela Conectada Serviços e Tecnologia Ltda.

A empresária Karina Ferreira da Gama, do Instituto Conhecer Brasil (ICB), é processada pela terceirizada Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda — Foto: Reprodução/Redes Sociais

A Ultra Ip Tecnologia cobra na Justiça mais de R$ 4,5 milhões do ICB e cita na ação que a outra terceirizada, Favela Conectada, teria sido usada como empresa de fachada para justificar despesas do convênio firmado com a gestão Ricardo Nunes (MDB).

A empresa sustenta ainda que a Favela Conectada recebeu R$ 12 milhões para instalar 2 mil pontos de acesso sem, segundo a ação, ter executado nenhum serviço.

A ONG acusa a Ultra IP de interromper aproximadamente 800 links de internet instalados. Karina da Gama ainda alega que o dono da empresa tentou extorquir mais de R$ 2,5 milhões.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Em nota, a Ultra IP informa que "o inquérito instaurado pelo ICB contra a ULTRAIP é descabido e a acusação é falsa, como restará provado. Trata-se de retaliação à medida judicial proposta pela empresa — ação que demonstra publicamente a confiança na própria conduta e a disposição de colaborar com o esclarecimento dos fatos. A ULTRAIP buscou, em reiteradas ocasiões, composição amigável com o ICB, tendo sido recusada em todas elas" (leia a íntegra mais abaixo).

Favela Conectada

Alex Leandro Bispo dos Santos, conhecido como "Escorpião do PCC", é o ex-dono da Favela Conectada e está preso preventivamente desde fevereiro, acusado de feminicídio.

Antes da prisão, em janeiro, Alex deixou oficialmente o quadro societário da Favela Conectada. Conforme registros da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), a empresa passou a ser controlada por Tatiane Camargo de Oliveira Fernandes.

Segundo a própria Jucesp, Tatiane reside no mesmo endereço de Alex Leandro Bispo dos Santos, na Rua Ernesto Paglia, na região do Butantã, Zona Oeste da capital.

O g1 não localizou a defesa de Tatiane. Após assumir o controle da empresa, ela alterou a razão social da Favela Conectada para Urban Connect Serviços e Tecnologia Ltda.

A Ultra IP Tecnologia foi uma das quatro empresas contratadas pelo ICB para executar a instalação dos pontos de wi-fi na periferia da capital de forma terceirizada. A empresa e o ICB tinham um contrato de R$ 30,7 milhões para a instalação de 5 mil pontos de wi-fi na cidade, mas ele foi rompido unilateralmente em setembro de 2025 sem o pagamento total do acordo, segundo a empresa que processa Karina da Gama.

"Aumentou-se o valor do ponto para R$ 825. Tal manobra foi realizada com a intenção de zerar artificialmente os créditos da requerente [...], numa tentativa de utilizá-la para sustentar suposta fraude, já que o requerido preferiu elevar o valor pago por ponto a reconhecer que a Ultra IP instalou efetivamente os 3.200 pontos pelo valor de R$ 712", afirma a petição.

"Todos os trabalhos técnicos continuaram sendo realizados pela requerente [Ultra IP]", afirmou a advogada ao juiz da 8ª Vara Cível da Capital.

Ação movida pela empresa Ultra IP contra o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a empresária Karina Ferreira da Gama. — Foto: Reprodução/TJ-SP

Notas suspeitas e emendas parlamentares

A Prefeitura de São Paulo pede que Karina da Gama devolva pelo menos R$ 906 mil aos cofres públicos referentes a notas fiscais canceladas, além de exigir a apresentação de documentos e justificativas para outros R$ 12 milhões em gastos apresentados nas notas fiscais de prestação de conta referente ao contrato de R$ 108 milhões para a instalação de 3.200 pontos de wi-fi do programa municipal.

A empresária também foi citada no caso de emendas parlamentares que teriam sido usadas no filme "Dark Horse". A suspeita é que políticos do PL, como os ex-deputados Alexandre Ramagem e Carla Zambelli e os deputados Bia Kicis (PL-DF) e Marcos Pollon (PL-MS) tenham destinado emendas a entidades de Karina da Gama para financiar indiretamente o filme.

O que diz a ONG de Karina da Gama à Justiça

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

No mesmo processo, os advogados de Karina afirmam que o proprietário da Ultra IP, William Silva Ferreira, age de má-fé contra o Instituto Conhecer Brasil (ICB). O contrato entre as duas entidades foi encerrado em setembro do ano passado.

Como parte da defesa, foi anexado um inquérito instaurado pela Polícia Civil de São Paulo em 5 de maio deste ano. Nele, Karina acusa o empresário de tentativa de extorsão.

Segundo o relato prestado à polícia, William Ferreira teria exigido mais de R$ 2,5 milhões para não procurar a imprensa e divulgar informações sobre a relação contratual entre as empresas.

A empresária, que também é proprietária da produtora Go Up, responsável pelo filme "Dark Horse", afirma que, ao longo de mais de um ano de vigência do contrato com a Ultra IP, foram registrados sucessivos descumprimentos contratuais, inconsistências técnicas e administrativas, além da apresentação de relatórios incompatíveis com a execução dos serviços.

De acordo com a defesa, esses problemas culminaram, em 26 de setembro de 2025, na interrupção de aproximadamente 800 links de internet instalados em comunidades da periferia paulistana, comprometendo a continuidade do programa público e prejudicando a população atendida.

Inquérito policial onde o ICB, de Karina da Gama, acusa a Ultra IP, do empresário William Silva Ferreira de fraude processual. — Foto: Reprodução/TJ-SP

O registro policial foi feito pouco mais de um mês após a Ultra IP ingressar na Justiça para cobrar os valores a que afirma ter direito receber.

Procurados pelo g1, Karina da Gama e seus advogados, do escritório Hasson Sayeg, Novaes e Venturole Advogados (HSLAW), não se manifestaram até a última atualização desta reportagem.

O que diz a Ultra IP

"O ULTRAIP TECNOLOGIA E SERVIÇOS, vem a público esclarecer as notícias de 18 de julho de 2026 veiculadas por jornais independentes acerca do conteúdo e da finalidade da ação probatória proposta pela empresa, eis que as que constam nas matérias não correspondem a verdade.

A ação proposta é exclusivamente probatória. Seu objetivo não é acusar, mas submeter ao crivo do Poder Judiciário aquilo que a própria imprensa já havia noticiado, para que fosse judicialmente investigado e eventualmente utilizado para defesas dos direitos da ULTRAIP. A empresa jamais afirmou que as prestadoras terceirizadas pelo ICB receberam valores indevidos ou foram usadas como fachada — ela pediu que o juiz exigisse do Instituto documentos de interesse comum demonstrando que a gravidade das notícias poderiam interferir na produção da prova buscada por meio da exibição de documentos. Essa distinção foi deliberadamente ignorada pelas publicações.

As informações sobre supostos pagamentos indevidos e utilização de empresas como "fachada" pelo ICB não foram feitas pela ULTRAIP em momento algum da ação. Elas já eram de conhecimento público, tendo sido amplamente veiculadas pelos próprios meios de comunicação que agora distorcem o teor da ação, em datas anteriores à distribuição da medida judicial. A ULTRAIP não criou essas informações tampouco afirmou que se são verídicas ou não.

Os trechos da ação reproduzidos nas matérias foram publicados fora de contexto, como se expressassem convicção da ULTRAIP, quando constituíam mera reprodução do que já havia sido noticiado, servindo como lastro documental para o pedido de provas. As matérias foram anexadas integralmente aos autos justamente para que o juiz as examinasse em sua totalidade, e não em fragmentos isolados.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A ULTRAIP declara reiteradamente que não acusou nenhuma das prestadoras terceirizadas pelo ICB. A formulação de acusações é atribuição exclusiva das manchetes e somente podem ser verificadas pelas autoridades policiais e judiciais, onde todas as partes terão oportunidade de se defender. A empresa jamais ultrapassou esse limite.

O inquérito instaurado pelo ICB contra a ULTRAIP é descabido e a acusação é falsa, como restará provado. Trata-se de retaliação à medida judicial proposta pela empresa — ação que demonstra publicamente a confiança na própria conduta e a disposição de colaborar com o esclarecimento dos fatos. A ULTRAIP buscou, em reiteradas ocasiões, composição amigável com o ICB, tendo sido recusada em todas elas.

O vazamento da ação e do inquérito para a imprensa ocorre justamente quando o ICB se vê envolto em escândalos públicos amplamente noticiados, que em nada se confundem com a conduta ou interesses da ULTRAIP. A coincidência é reveladora.

Oportunamente, importa informar que toda a documentação comprobatória da regularidade das atividades da ULTRAIP já foi apresentada na ação e às autoridades competentes. O resultado será público, como sempre desejaram os que nada temem.

A ULTRA IP repudia a utilização especulativa das informações da ação e a distorção maliciosa de seu conteúdo para sugerir acusações que nunca foram feitas. A empresa confia que, pelas vias judiciais, será demonstrada sua legalidade e afastadas quaisquer suspeitas levantadas contra ela."

O que diz a gestão Ricardo Nunes

"A Prefeitura de São Paulo repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada. O Programa Wifi Livre segue em pleno funcionamento na cidade com 3.200 pontos instalados e mais de 760 milhões de acessos registrados, conforme pode ser verificado no link. https://wifilivrecomunidades.org/sp.

Atualmente, o custo de manutenção de cada ponto de Wi-Fi é de R$ 1.280,80, valor menor do que os praticados na gestão Haddad, quando cada ponto chegou a custar R$ 8.899,13. Vale destacar que o Tribunal de Contas do Município (TCM-SP) julgou irregular a execução do contrato de 2014 por falhas de autenticação, monitoramento e qualidade do serviço. Em relação à parceria com o ICB, a Controladoria Geral do Município (CGM) acompanha as investigações desde as primeiras denúncias e instaurou procedimento em maio de 2026, que segue andamento".

Novos personagens

Além da Ultra IP e da Favela Conectada — atualmente denominada Urban Connect Serviços e Tecnologia Ltda —, outras duas empresas aparecem entre as terceirizadas contratadas pelo ICB: Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda.

Segundo os documentos apresentados pelo próprio ICB à Prefeitura de São Paulo, ambas foram contratadas para realizar atividades de monitoramento e auditoria dos pontos de wi-fi instalados pelas demais empresas envolvidas no projeto.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A Complexsys pertence ao empresário André Feldman. Já a Fastfuture está registrada em nome de sua esposa, Débora Feldman, que se apresenta nas redes sociais como terapeuta holística e não faz referência à atuação no setor de telecomunicações.

As notas fiscais anexadas às prestações de contas indicam que as duas empresas prestaram serviços semelhantes.

No entanto, na ação movida pela Ultra IP, André Feldman é apontado como diretor de fato do Instituto Conhecer Brasil. Segundo a empresa, ele teria participado da administração do projeto ao lado da presidente da ONG, Karina da Gama, inclusive nas decisões que culminaram no rompimento do contrato com a Ultra IP.

Relato judicial da Ultra IP sobre a participação de André Feldman no Instituto Conhecer Brasil (ICB). — Foto: Reprodução/TJ-SP

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) não proíbe, em tese, que entidades do terceiro setor contratem empresas ligadas a seus dirigentes. Entretanto, quando há utilização de recursos públicos, esse tipo de contratação pode configurar conflito de interesses ou gerar questionamentos sobre eventual irregularidade, a depender das circunstâncias e da forma como ocorreu.

Apesar das alegações da Ultra IP, André Feldman não aparece como diretor em nenhum dos documentos públicos do Instituto Conhecer Brasil (ICB) entregue à gestão Nunes.

Ainda assim, na ação judicial, a empresa sustenta que as companhias da família Feldman fariam parte do esquema descrito por sua defesa como um "balcão de negócios escusos" (veja print da ação acima).

O que diz André Feldman

O empresário André Feldman, dono da Complexsys Soluções Integradas Ltda, que emitiu nota e cancelou em favor do instituto de Karina da Gama. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Procurado pelo g1, André Feldman afirmou que jamais integrou o quadro societário do Instituto Conhecer Brasil (ICB) nem de qualquer empresa vinculada à entidade, fato que, segundo sustenta, pode ser comprovado pelos registros públicos.

Feldman também diz que a Complexsys foi contratada exclusivamente para monitorar a rede do programa Wi-Fi Comunidade e garantir o funcionamento do serviço.

Segundo ele, a narrativa de que teria dado ordens ou participado da gestão operacional do projeto é "distorcida e de má-fé", passível, inclusive, de responsabilização civil e criminal.

O empresário acrescenta que existe uma declaração registrada em cartório na qual afirma que a Ultra IP teria atuado deliberadamente para provocar a interrupção da rede pública de internet.

A Complexsys foi uma das empresas alvo de busca e apreensão da Polícia Civil, no último mês de junho.

Servidor afastado

Um dos ex-sócios da Complexsys é o gerente da SPTuris – Rodrigo Raveli Bolzan, que foi afastado do cargo pelo prefeito por suspeita de favorecimento às entidades de Karina da Gama dentro da estatal de turismo da cidade.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

De acordo com a Junta Comercial (Jucesp), Ravelli foi admitido na empresa em dezembro de 2021 com participação societária de 33% do negócio, que era dividida entre ele, André Feldman e um terceiro sócio: Eduardo Ferreira Franco.

Juntos, os três chegaram a fechar um termo de cooperação com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em 2021, para disponibilidade de tecnologia da empresa para os agentes de trânsito de SP.

A empresária Karina Ferreira da Gama, dona da ONG Instituto Conhecer Brasil e da empresa que produz o filme sobre Jair Bolsonaro, teve contratos pagos pela SPTuris em SP. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Raveli deixou a empresa em abril de 2022 e Eduardo em 27 março de 2025. Na SPTuris, Rodrigo exercia o cargo de gerente sênior II, com salário de R$ 52 mil mensais.

Segundo o próprio prefeito Ricardo Nunes (MDB), que o afastou do cargo, Raveli está sendo investigado pela Controladoria Geral do Município (CGM) por ligação com uma rede de empresas que atendem o Instituto Conhecer Brasil (ICB), da empresária Karina Ferreira da Gama, em contratos com o município (veja mais aqui).

Já Eduardo Ferreira Franco, o Eduardo Franco, virou dirigente do Instituto Conhecer Brasil (ICB), de Karina da Gama. Nas prestações de conta entregue à Prefeitura de SP, há notas de pagamento do ICB para a Complexsys no ano de 2024, enquanto ele ainda era sócio da empresa que atualmente tem apenas um dono: o empresário André Feldman.

De acordo com a Jucesp, Eduardo Franco foi o primeiro dono da Complexsys Soluções Integradas LTDA, quando a empresa ainda se chamava Complexsys Apoio Aadministrativo LTDA, constituída em agosto de 2019. A alteração do nome foi feita em 25 de abril de 2022, diz a Junta Comercial de SP.

Acordo entre a CET e a diretoria da Complexsys Soluções Integradas LTDA — Foto: Reprodução/PMSP

Fonte original: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/09/10/ong-de-karina-da-gama-e-fornecedores-ligados-ao-contrato-de-wi-fi-da-prefeitura-de-sp-tambem-sao-alvo-de-operacao-da-pf.ghtml · Coletado em 29/09/2026 09:57 · Gerado em 29/11/2026 00:09

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.